



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	07020001560/12	05/12/2012 08:52:54	NUCLEO JOÃO PINHEIRO
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00290120-5 / GERSON ALVES PEREIRA		2.2 CPF/CNPJ: 028.708.156-70	
2.3 Endereço: FAZENDA ASSENTAMENTO P.A NOVO PROGRESSO, 0		2.4 Bairro: AREA RURAL	
2.5 Município: DOM BOSCO		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.770-000
2.8 Telefone(s): (38) 9976-9897		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00290120-5 / GERSON ALVES PEREIRA		3.2 CPF/CNPJ: 028.708.156-70	
3.3 Endereço: FAZENDA ASSENTAMENTO P.A NOVO PROGRESSO, 0		3.4 Bairro: AREA RURAL	
3.5 Município: DOM BOSCO		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.770-000
3.8 Telefone(s): (38) 9976-9897		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: P.a Assentamento Novo Progresso		4.2 Área Total (ha): 30,3753	
4.3 Município/Distrito: DOM BOSCO		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 0000 Livro: 00 Folha: 0 Comarca: JOAO PINHEIRO			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 353.000	Datum: SAD-69	
	Y(7): 8.144.000	Fuso: 23K	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 28,79% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
Cerrado			30,3753
Total			30,3753
5.8 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica			21,3753
Outros			9,0000
Total			30,3753

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,0000
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,0000
		Outro: 00		0,0000
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			9,0000	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			9,0000	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				9,0000
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				9,0000
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SAD-69	23K	352.921	8.144.447
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Pecuária				9,0000
Total				9,0000
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
CARVAO VEGETAL NATIVO		146,70	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria: 3		10.2.2 Diâmetro(m): 3,5		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar): 4 (dias)				
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc): 3,5				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc): 78,75				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**1. Histórico**

O processo foi formalizado em 08/11/2012 com nº. 07020001560/12.

Foram solicitadas documentações complementares em Ofício nº. 96/2013 em 28/02/2013 e em ofício nº. 199/2013 de 09/04/2013, nas páginas 20 e 32 deste processo;

As informações complementares foram entregue em 18/03/2013 protocolo 07020000568/13 e em 06/05/2013 protocolo 07020000944/13, folha nº. 21 e 36 respectivamente.

Vistoria realizada em 21 de Março de 2013, pela servidora Marina Gonçalves Vieira foi acompanhada pelo Sr. Vicente de Silva Leite procurador do processo em questão.

Este parecer foi emitido em 06/05/2013.

2. Objetivos

O objetivo deste parecer é analisar a solicitação em requerimento para Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca na área de 9,00 ha. (nove hectares), com pretensões ao uso alternativo do solo para fins de implantação de projeto pecuária e aproveitamento econômico do material lenhoso para produção de carvão vegetal nativo.

3. Caracterização do Empreendimento

O imóvel rural denominado Projeto de Assentamento Novo Progresso Fazenda Tapera situado no município de Dom Bosco/MG com área total de 1.917,61,58 ha. (um mil e novecentos e dezessete hectares e sessenta e um ares e cinquenta e oito centiares) sob a matrícula nº. R-139, Livro 02, Cartório de Registro de Imóveis de Bonfinópolis de Minas, conforme certidão página nº. 24 do processo em questão.

Possui sede ou construções de alvenaria, áreas coletivas e comunitárias. A atividade principal do empreendimento é de Assentamento para fins de Reforma Agrária.

O empreendimento P.A. Novo Progresso Fazenda Tapera já possui uma Autorização Ambiental de Funcionamento de nº. 00415/2011 vigente, em nome de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - MG.

Os recursos hidrológicos no imóvel estão representados em parte, pela Micro bacia do Rio Preto (3ª ordem), diretamente pela bacia estadual do Rio Paracatu (2º ordem). Pertencente a Bacia federal do Rio São Francisco (1º ordem) e as margens do Rio Preto.

As Áreas de Preservação Permanentes do Projeto de Assentamento encontra-se em bom estado de preservação com presença de cobertura vegetal natural em todas suas extensões atendendo a legislação ambiental vigente 14.309/02.

O empreendimento rural possui solos classificação em Latossolo Vermelho amarelo com textura argilosa, Litossolos e Hidromórficos.

O relevo tem predominância de plano a suavemente inclinado com declividade regular.

De maneira geral o meio físico do empreendimento apresenta-se com boas condições de preservação consonantes entre o relevo o solo e a vegetação natural sem indícios de degradações.

A Área de Reserva Legal do empreendimento rural está Averbada por este órgão em atendimento as Leis Estaduais 14309/02 e 18.365/09, por se tratar de projeto de P.A encontra-se averbada coletivamente e em bom estado de conservação.

As áreas de Reserva Legal da propriedade somam 386,55,69 ha. (trezentos e oitenta e seis hectares e cinquenta e cinco ares e sessenta e nove centiares) equivalente a 20,15% da área total da propriedade, a qual está demarcada por este órgão e averbada em cartório conforme AV-13-139 em 13/11/2009, conforme página 25 deste processo onde estão descritas também suas divisas e confrontações, para atendimento as Leis Estaduais 14309/02 e 18.365/09.

A área de reserva legal possui cobertura vegetal nativa característica de Cerrado Sensus Stricto Típico, ótima representabilidade dos ecossistemas naturais do local e da região. Apresenta ótimo estado de conservação do Meio Físico e Biótico, sem degradações. O relevo é plano a suavemente inclinado e o solo do tipo Latossolo Vermelho amarelo.

A Área de Reserva Legal não poderá sofrer nenhum tipo de intervenção antrópica, tais como: desmate / corte de árvores; limpeza do sub-bosque; queimadas ou caça, etc. Podendo fazer a proteção desta com cerca de arame e construção de aceiros nas divisas com terceiros.

O empreendimento possui áreas remanescentes com cobertura vegetal nativa passíveis de exploração dentro dos lotes.

A flora está representada por ocorrência de espécies comum do Bioma Cerrado, tais como: Jatobá, Gonçalo Alves, Jacarandá, Pau terra, Cagaíta, Grão de Galo, Pacari, Pau Bosta, Sambaiba, Folha Santa, Mama-cadela entre outras.

Não foram observadas ocorrências de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção e raras.

A fauna de ocorrência apresenta animais de ampla distribuição no Bioma Cerrado como: Onça, Lobo-guará, Veado, Raposa, Catitú, Tatú, Répteis, Serpentes, Emas, Aves de rapina, grande diversidade de insetos e pássaros típicos da região, em especial, os Psitacíformes.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental**Da Área Objeto**

Vistoriou-se no dia 21 de Março de 2013, o imóvel Lote nº. 23 que pertencente ao Projeto de Assentamento INCRA Novo Progresso para fins de atender ao requerimento para Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca na área de 9,00 ha. (nove hectares) e documentações juntadas no processo administrativo 07020001560/12 e aplicabilidade da disposição em leis vigentes que compete este órgão.

A vistoria foi realizada pela servidora Marina Gonçalves Vieira e acompanhada pelo Sr. Vicente da Silva Leite procurador do processo em questão.

O Lote nº. 23 possui área total de 30,3753 ha. (trinta hectares, trinta e sete ares e cinquenta e três centiares), onde há construção de uma pequena casa e quintal.

A área objeto apresenta características do meio físico em solo predominante de Latossolo Vermelho amarelo com textura argissolo; o relevo varia de plano a suavemente inclinado com declividade regular.

A pretensão do requerente do processo é a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 9,00 ha. com aproveitamento do material lenhoso para carvão de origem nativa, posteriormente a área em questão terá a finalidade para atividade de pecuária.

Verifica-se in loco que a área tem características de Cerrado típico com espécies de ampla ocorrência no Domínio Cerrado.

O lote não possui área antropizada, a cobertura vegetal nativa no imóvel caracteriza-se pela fitofisionomia Cerrado típico em bom estado de preservação e sem degradações.

A flora está representada por ocorrência de espécies comum do Bioma Cerrado, tais como: Jatobá, Gonçalo Alves, Jacarandá, Pequi, Pau terra, Cagaíta, Grão de Galo, Pacari, Pau Bosta, Sambaiba, Folha Santa, Mama-cadela entre outras.

O proprietário não apresentou inventário florestal de acordo com a Portaria nº. 172, de 28 de novembro de 2007 em seu Art. 3º o qual "isenta a exigência de Inventário Florestal, além dos requerimentos inferiores a dez hectares, os requerimentos de pequeno proprietário rural e possuidor familiar, assim definido no artigo 1º, SS 2º, inciso I, da Lei Federal 4.771 de 1965.

Observou-se durante a vistoria in loco a ocorrência de muitas árvores da espécie protegida por Lei nº 20.308, de 27/07/12, altera a Lei nº 1.883 de 02/11/92, o Pequiheiro Caryocar brasiliense.

No lote não foi constatada a presença de hidrologia no que se refere a Rios, Córregos, Nascentes e Veredas.

Durante a vistoria in loco não foram observadas presença de espécies raras, em extinção ou endêmicas.

Do ZEE - Zoneamento ecológico-econômico

Para a área objeto conforme o ZEE - Zoneamento ecológico-econômico, Coordenada UTM: Lat: 8.144.447; Long: 352.921; 23 K, Sad 69, apresenta Grau de Prioridade de Conservação da flora distribuída em: BAIXA e Grau de Vulnerabilidade Natural em: BAIXA.

Considerações

Considerando que a área objeto apresenta características do meio físico como: solo; relevo; declividade, condições estas favoráveis ao requerimento;

O material lenhoso será aproveitado economicamente para produção de carvão vegetal nativo e comercializado;

O proprietário não apresentou inventário florestal de acordo com a Portaria nº. 172, de 28 de novembro de 2007 em seu Art. 3º o qual "isenta a exigência de Inventário Florestal, além dos requerimentos inferiores a dez hectares, os requerimentos de pequeno proprietário rural e possuidor familiar, assim definido no artigo 1º, SS 2º, inciso I, da Lei Federal 4.771 de 1965".

Observou-se durante a vistoria in loco a muita ocorrência de árvores da espécie protegida por Lei nº 20.308, de 27/07/12, altera a Lei nº 1.883 de 02/11/92, o Pequiheiro Caryocar brasiliense .

As árvores das espécies Ipê Caraíba Tabebuia, Sucupira preta Bowdichia virgilioides, Vinhático Platymenia foliolosa, Gonçalves-Aves Astroniu flaxifolium, Aroeira Astronium urundeuva as quais, a critério técnico neste parecer, não poderão ser cortadas/suprimidas e ou transplantadas em hipótese alguma, devendo permanecer no local sem perturbações e sem revolvimento do solo a uma distância mínima igual à circunferência da projeção da sua copa na superfície do solo.

5. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas

Impactos Possíveis ao Meio

Alteração da qualidade da água pelo carreamento de sedimentos, de adubos, corretivos do solo e contaminação com agrotóxicos;

Aumento do fluxo superficial de água pela retirada da vegetação;

Menor infiltração no lençol freático devido ao escoamento superficial;

Maior evaporação com a retirada da vegetação; Alteração do Micro clima local;

Modificação da Paisagem pela substituição da área natural de cerrado; Empobrecimento do solo por perdas de nutrientes devido ao manejo do mesmo;

Alteração da estrutura do solo em função do uso de máquinas e implementos agrícolas; Susceptibilidade do solo às formações naturais de erosões;

Fuga da fauna devido ao stress com a atividade de supressão e exploração, preparo do solo com máquinas; Supressão do habitat natural; Diminuição da área útil para a fauna silvestre; Supressão da flora; Eliminação de espécies florestais; Redução do fluxo gênico da fauna e flora; Acúmulo de resíduos sólidos; Poluição atmosférica por meio de produção de poeiras e fumaças, etc.

São Medidas Mitigadoras

As áreas remanescentes nativas e R.L. não poderão sofrer nenhum tipo de intervenção antrópica, tais como: desmate/corte de árvores; roçadas/limpeza do sub-bosque; queimadas/revolvimento do solo; caça/pesca, etc., podendo somente o

isolamento/proteção destas com cerca de arame e construção de aceiros nas divisas com terceiros; Evitar o acúmulo de lixo,

resíduos sólidos, produtos automotivos no local e entorno; Excluir o uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris;

Executar o desmate em mosaico, deixando assim tempo e espaço para o deslocamento da fauna para as áreas remanescentes e reserva legal.

Adotar práticas de caráter preventivas e conservacionistas na alteração no uso do solo e quanto seu uso alternativo, como: Práticas Mecânicas: arar/ gradear em nível; construção de curvas de nível/ terraceamentos nas áreas antropizadas e construção de bacias de captação/contenção de águas pluviais nas estradas e carreadores; Práticas Edáficas: Calagem; adubações, controle de pragas e doenças, Cultivo mínimo e plantio direto; e Práticas Naturais e/ou Vegetativas: Corredores naturais, exclusão de fogo, usam de variedades produtivas e sadias / resistentes, etc.

6. Conclusões

Pelo exposto, posiciona parecer técnico em condições favoráveis ao requerimento para alteração no uso do solo em supressão da cobertura da vegetação nativa com destoca na área de 9,00 ha. (nove hectares), para fins de implantação de projeto de pecuária no P.A. Novo Progresso Fazenda Tapera - lote 23 de propriedade do Senhor Gerso Alves Pereira e responsável pela intervenção.

O aproveitamento econômico do material lenhoso para produção de carvão vegetal de origem nativa.

O rendimento médio de lenha estimado por este órgão é de 32,60 m³/ha Fator de empilhamento de 1,5 com acréscimo de 15 % de tocos e raízes. O resultado total será de 293,40 m³ de lenha convertidos em carvão num total de 146,70 m³ de carvão de origem nativa.

Este processo será encaminhado para apreciação do Jurídico e Superintendência para prosseguimentos em julgamento pela COPA.

7. Validade

O prazo máximo para efetuar a exploração, o aproveitamento econômico do material lenhoso e a devida alteração no uso do solo proposto, serão de 24 meses.

8. Condicionantes

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item 01 - Construção de bacias de captação/contenção de águas pluviais nas estradas e carreadores com objetivo evitar erosões em Voçoroca;

Prazo: A partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

Item 02 - Excluir de Corte e ou Supressão as árvores de espécies protegidas em lei específica, nº. 20.308, de 27/07/12, altera a Lei nº. 1.883 de 02/11/92, o Pequiheiro Caryocar brasiliense , Portaria nº. 83-N, de 26/09/91 a Aroeira Astronium urundeuva, a espécie Gonçalves alves Astronium fraxinifolium e por critério técnico fica também excluído o corte de Sucupira preta Bowdichia virgilioides e Vinhático Platymenia foliolosa, não podendo ser cortadas e ou transplantadas em hipótese alguma, Sem perturbações e Sem revolvimento do solo a uma distância mínima igual à circunferência da projeção da copa na superfície do solo

Prazo: A partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

Item 03 - Efetuar o isolamento por meio de construção de cerca de arame das Áreas de Reserva Legal que fazem divisas com a área do imóvel destinada à pastagem.

Prazo: 120 (Cento e Vinte) dias a partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

MARINA GONÇALVES VIEIRA - MASP: _____

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 21 de março de 2013

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA nº 137/2013

O presente processo se encontra devidamente formalizado, em conformidade com o exigido pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1804/2013.

Portanto, o pleito do Requerente está apto a ser analisado e, eventualmente, CONCEDIDO, após a devida apreciação da Autoridade competente.

UNAÍ/MG, 21.05.2013

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

ELZIVALDO OLIVEIRA SANTOS E SILVA - 17503 BA _____

17. DATA DO PARECER

terça-feira, 21 de maio de 2013